



## A ÉTICA DO FAZER PEDAGÓGICO Hamilton Werneck<sup>1</sup>

Há confusões que devem ser esclarecidas e há práticas que precisam ser questionadas. A primeira delas está na própria definição de ética e a diferença entre ética e moral, em que se deve indicar, com a maior precisão possível, se a atitude do educador, assim como sua prática, está interligada a uma ou a outra. Muitas vezes em nossa linguagem coloquial, dizemos que se faltou com a ética quando o ato em si feriu a moral, tanto assim é que a pessoa poderia ser penalizada conforme as normas legais estabelecidas.

*ÉTICA VEM DO GREGO (ÉTHOS) – Corresponde ao modo de ser, a um conjunto de valores que orientam o relacionamento entre os humanos garantindo o bem-estar social.*

Portanto, quando falamos em ética, estamos nos ligando a uma abrangência maior, a valores que orientam na direção de um equilíbrio social. Quando falamos em ética, não existem regras estabelecidas ou penalidades para alguma falta cometida.

*MORAL VEM DO LATIM (MORES) – Conjunto de regras que regulam o comportamento humano (educação, tradição, cotidiano). A moral tem caráter obrigatório.*

Assim sendo, se um professor julgar que tem o direito de chegar depois do horário estipulado para ministrar as suas aulas, ele não atinge a ética e, sim, a moral. O seu contrato de trabalho estabelece um tempo para as aulas e há um contrato assinado que regula a relação entre as partes. Uma falta, portanto, pode receber uma penalidade que envolva desde a chamada de atenção deste profissional até o desconto em seu salário.

Por esta razão, diz-se que a ética é teórica e a moral é prática e numa outra visão, que a ética é juíza da moral.

Quando um professor julga em sua consciência que deve atender a um aluno para tratar de assuntos fora da disciplina que leciona, envolvendo aspectos pessoais do aluno, ele está assumindo uma atitude ética. A dedicação a esta causa vai além do contrato de trabalho, trata-se de uma deliberação livre por parte do professor e se ele não quiser atender ao aluno, em nada poderá ser recriminado.

Nas escolas e nas salas de aula, há situações difíceis de controlar para poder definir a questão como falta de ética ou moral. Por exemplo: se algumas questões de avaliação estão acima do nível de dificuldade em relação às aulas ministradas e explicações desenvolvidas, tanto os pedagogos como os supervisores terão problemas sérios para fazer esta identificação. Torna-se muito difícil estabelecer até onde a dificuldade da avaliação está acima da explanação. Neste caso, trata-se de uma questão ética. São os valores que norteiam a visão docente que determinarão a dosagem mais correta para as questões aplicadas na avaliação.

Costumamos dizer que três verbos indicam se a atitude foi ou não ética: quero, posso e devo; se eu quero fazer, posso fazer e devo fazer, seguramente será uma ação ética. Porém, se houver entre eles algum “não”, certamente a ética estará

---

<sup>1</sup> Prof. Hamilton Werneck é pedagogo, escritor e palestrante. [www.hamiltonwerneck.com.br](http://www.hamiltonwerneck.com.br)



comprometida. Então, se quero, mas não posso; se posso, mas não devo; se devo, mas não quero, certamente a ética estará arranhada.

A base teórica para nortear o trabalho docente será a estrutura de valores e, na sociedade pós-industrial, os valores mudaram muito a ponto de cada atitude envolver tanto situações novas e imprevisíveis, quanto pessoas despreparadas para analisá-las.

Se uma instituição de ensino desejar ter um comportamento ético por parte de seus educadores, docentes ou não, precisará constantemente analisar situações para que os valores possam ser repensados.

A escola anterior, à segunda metade do século passado, era a escola das certezas. Hoje vivemos a escola das incertezas. Há algumas décadas, as escolas e os professores sabiam o que fazer porque os fatos eram previsíveis, as normas eram claras e as atitudes estavam determinadas.

A sociedade mudou, fazendo-nos lembrar de Camões em seu poema “Tudo muda”: *“mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança. Tudo muda!”*.

Uma atitude ingênua ainda espera que tudo volte ao passado. Uma atitude inteligente encara a realidade e discute internamente quais os comportamentos e as atitudes que mais estariam refletindo o projeto pedagógico da escola.

Daí a importância ética do projeto político-pedagógico de uma escola. Ele deve ser adequado ao contexto da escola, precisa estar sofrendo revisões e críticas para se atualizar, não deve ser objeto de outros levantamentos sociais e pedagógicos senão aqueles que envolvem o próprio estabelecimento, seus alunos e suas famílias. Se uma escola “importar” um projeto, no mínimo não será uma atitude ética pela defasagem entre o texto e a realidade além do não comprometimento da comunidade escolar com as propostas.

Então, por que uma escola segue bem o seu curso acadêmico e outra não? Pelo fato de uma ter construído o seu instrumento básico, envolvendo a comunidade escolar e, a outra apenas cumpriu uma formalidade legal que se apresenta sem vida e sem conexão com o contexto.

As escolas enfrentam problemas muito mais por uma razão ética. Não sabem o que fazer porque desconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente, apenas falam mal do que não conhecem; os educadores não sabem o que exigir dos alunos por desconhecimento do projeto; muitos ainda confundem autoridade com autoritarismo e os alunos fazem o que pensam porque, por sua vez, desconhecem as próprias obrigações. O mesmo acontece com as famílias que se eximem de responsabilidades porque também desconhecem o que a legislação estabelece. Na Suíça, se um pai ou responsável não regulariza as faltas do filho numa escola pública, a lei federal manda suspender o salário do pai, através da empresa onde ele trabalha. O país investe e exige ação responsável de quem tem a guarda da criança. Esta questão concreta é tipicamente moral, tem regras e execuções. Nossa situação é uma tremenda falta de ética porque as pessoas não sabem o que deveriam saber e não se conseguem exigir o conhecimento de todos.

Um cartunista desenhou a realidade da avaliação nas escolas brasileiras e sua análise serve bem para definir a questão da moral e da ética. Poderia este *cartoon* ser objeto de debate nas escolas.



**© nosso Sistema educacional em uma imagem.**

O cartunista é tão inteligente que parte de uma premissa altamente ética: “Para uma seleção justa”... esta é a preocupação do professor. No entanto, se olharmos do ângulo dos alunos, eles apresentam diferenças muito grandes e são tratados como seres de capacidades iguais e lineares. Podemos definir esta questão de exame como perfeitamente ajustado a um sistema industrial e linear, compatível com o início do século XX à época de Henry Ford. Este industrial permitia que todos escolhessem as cores dos carros Ford, contanto que fosse preta. O resultado da competição entre a Ford e a Mercedes foi a venda de um carro Ford por US\$ 800,00 e um Mercedes por US\$8.000,00; não precisa perguntar quem vendeu mais carros. Ocorre que estamos num momento em que a diversidade é fato importante tanto no processo industrial, como na formação de mão de obra. Esta escola, assim apresentada pelo cartunista, olhava os alunos com uma visão de mais de um século de atraso.

Vejamos: o elefante, o pinguim, o peixe e a foca certamente não completariam o primeiro mês de escola. Pediriam transferência. Com muito esforço e com nota mínima para aprovação, o cachorro completaria a tarefa. O pássaro, pensando estar realizando uma grande proeza, voa e chega ao topo. Mas é instado a descer porque o objetivo técnico expresso na questão era “escalar”. E certamente escola alguma dispensaria o macaco desta tarefa por não ter a humildade de reconhecê-lo como o melhor professor para escalar árvores.

Como ninguém consegue dizer que houve erro neste exame porque ele, certamente, atende às exigências regimentais, concluímos que se trata de atentado à ética. O fazer pedagógico não pode admitir tal atitude.

Há tantas boas intenções em relação à educação que a confusão dos conceitos pode levar a uma apresentação antiética, mesmo quando uma casa comercial pensa estar colaborando com a educação na volta às aulas.

Visitando um shopping encontrei a vitrine de uma loja reunindo duas ideias: a venda de roupas e a volta às aulas. Preservei o nome do shopping, da cidade e o nome da loja. Veja a imagem e, em seguida, acompanhe meu raciocínio, debatendo a questão sobre a volta às aulas e preparando uma vitrine com livros que foram



danificados para servir de enfeite. Ainda afirmo que, dentro do estabelecimento comercial outros livros e arranjos com livros dobrados, sem capa e inservíveis para uma leitura após o uso estavam distribuídos pelos balcões. Vejam como uma ideia de volta às aulas acaba distorcida porque a imagem com a força maior que a palavra está afirmando que podemos inutilizar livros, apesar de estarmos em clima de volta às aulas. Uma amiga e ex-aluna residindo em Itaqui - Rio Grande do Sul, afirmou-me que fazem coisa semelhante, porém com revistas velhas e catálogos telefônicos.



É possível punir a loja porque danificou livros? Não. Então não se trata de uma questão moral. Trata-se, sim, de uma questão ética porque passa uma informação distorcida sobre o uso dos livros. Ainda outra informação é possível de ser apreendida: é mais importante comprar roupas que livros; a roupa é mais importante que os livros; o importante é captar o mote do momento para vender, não importando os estragos em relação a outros conceitos. Tudo evidencia uma questão ética.

E, como na realidade, tudo o que se faz na cidade tem uma repercussão educativa, daí o Relatório Faure de 1971, coordenado por Edgard Faure, com a colaboração, entre outros, de Felipe Herrera e Arthur Petrovsky, apresentar o conceito de cidade educativa. Neste caso, podemos estar numa cidade onde as escolas cultivam a leitura e as lojas desprezam os livros. A criança é educada pelas duas instituições, sendo importante lembrar que os shoppings vivem repletos de estudantes.

A ética do fazer pedagógico não pode conviver com a incoerência e há momentos que recorro em minha vida de pedagogo nômade, palestrando pelo Brasil, algumas cenas em que os alunos, mesmo sendo “indisciplinados”, estavam absolutamente dentro de uma coerência ética.

Uma escola de capital desenvolvia conceitos ligados à ecologia, à defesa do meio ambiente e os alunos faziam muitos trabalhos sobre ecologia e sustentabilidade. Mas, no ambiente interno da escola, havia um viveiro de pássaros. Uma grande gaiola onde ficavam os animais ficavam confinados para deleite dos alunos. Certa feita, um grupo refletiu sobre a questão, até em função dos trabalhos sobre ecologia e solicitou à direção a retirada do viveiro e soltura dos pássaros. Como não foram atendidos nesta reivindicação, eles levaram alicates para a escola, cortaram as telas e soltaram



os pássaros. Estavam perfeitamente coerentes com os ensinamentos da própria escola, demonstrando ter assimilado um conceito importante sobre ecologia e sustentabilidade. Foram éticos! E, felizmente, a escola concluiu que os alunos estavam com a razão. Fazendo referências sobre a ação concreta dos alunos que poderia ser relacionada com “danos” ao patrimônio da escola, o viveiro de pássaros foi desativado e os alunos não foram punidos disciplinarmente. Conclusão: a escola tratou a questão dentro da ética e, não, dentro da moral. Por aí se vê que a ética é juíza da moral. E Leonardo Boff ainda acrescenta em seu livro “A águia e a galinha” que *“a ética é águia e a moral é galinha”*.

Depois de alguns mal feitos éticos nos Estados Unidos, como a expulsão de Thomas Edson da escola por ser considerado incapaz; depois que a escola técnica de Zurich não aceitou o Einstein, nós desembocamos no século XXI com maior consciência em relação à inclusão.

Até por questões religiosas, a ética foi ferida. Basta ver a questão dos surdos que não eram batizados porque, se a fé entra pelos ouvidos e eles não podiam ouvir, era sinal de que Deus não os queria com fé. O sofrimento dos canhotos é outra barbaridade que fere a ética por razões bem diversas. Quem escreve com a mão esquerda é canhoto ou canhestro. Veja a composição da palavra: cão + nhestro, portanto a mão esquerda era a mão do cão, sinônimo de diabo. Além disso, os semitas, judeus e árabes fazem a leitura da direita para a esquerda e viram a folha dos livros com a mão esquerda. Assim, o uso da mão esquerda identificava alguma ligação com povos que tiveram conflitos com os europeus em épocas diferentes. Eis algumas origens dos complexos.

A educação brasileira seguiu muitas experiências americanas embora não tenha sido capaz de aceitar uma lei federal votada há mais de um século nos Estados Unidos, a qual determina que uma criança deva permanecer na escola mesmo sendo incapaz. Hoje, no Brasil, a duras penas vai sendo feita uma inclusão ainda cheia de preconceitos e resistências. Uma delas é que mais fere a ética em sua prática pedagógica é aceitar uma criança com déficit de audição, em nome da inclusão e colocá-la dentro de sala de aula entre as últimas carteiras.

A falta de competência leva o pessoal técnico a exigir atestados para matricular crianças ou então classificam de hiperativas quando são apenas crianças ágeis e espertas, para não dizer inteligentes. Hoje há uma “febre” em relação à hiperatividade.

O fato de educadores rejeitarem uma formação continuada fere a ética. Não querer ser avaliado é um atentado à ética porque, se a avaliação institucional for bem feita, o profissional tende a ser melhor e esta vontade de ser melhor amanhã é uma atitude ética necessária em qualquer profissão.

Por fim, uma consideração sobre a ética de todo o sistema educacional. Currículos que servem para pouca coisa, disciplinas que são mantidas como garantia de trabalho de titulados de antanho, práticas que não servem para a construção de um ser humano equilibrado entre a formação técnica e humana, só servem para treinar mais “monstrinhos”, não cidadãos para atender às exigências de uma pátria em transformação.

Em suma, é altamente ético em nossos dias conjugar o ensino com tecnologia e a educação com afetividade.